

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971)

JARI SOB OS BONS SERVIÇOS DOS HOMENS DO SNI

Em 1968, a Jari Indústria e Comércio S/A continuava “decolando” seu projeto de celulose em Almeirim, às margens do Rio Jari, fronteira do Pará com o Amapá. Na edição de 4 de julho daquele ano, o Diário Oficial publicou ata da Assembleia Geral extraordinária da companhia, realizada seis dias antes em Belém, na sede da empresa, à Rua Gaspar Viana, nº 223 (no conjunto do prédio do jornal O Liberal).

Vários assuntos importantes foram tratados naquela assembleia, que teve a participação do advogado Eduardo Grandi (procurador da empresa Entrerios – Comércio e Administração Ltda., que presidiu a reunião); Alberto Carneiro Martins de Barros (secretário); Antônio Nicolau Viana da Costa (procurador do americano Daniel Ludwig, principal acionista da Jari); Wilton Santos Brito (economista e consultor da empresa), Frank Penn, e João José Baptista Tubino (general do Exército), presidente da empresa.

Foi o general Tubino quem dissertou, na abertura dos trabalhos, sobre “o desenvolvimento do programa florestal adotado pela empresa”, lembrando que acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária, de 17 de abril de 1967, haviam autorizado a diretoria adotar várias medidas, das quais prestava contas. O projeto previa implantar um gigantesco cultivo de gmelina, uma espécie que a empresa trouxera da Ásia para produzir celulose na Amazônia (a crônica da Jari registra que o cultivo não foi eficiente como projetado).

Conforme a ata do dia 28 de junho de 1968, Turbino disse que, “com o seguimento e o vulto das operações do chamado “Projeto Gmelina, tornava-se necessário adquirir uma aeronave, o que foi feito, sendo gora necessário que os acionistas ratificassem referida operação”. Tratava-se de um avião anfíbio de origem americana, fabricado pela Grumman Aircraft Eng. Corporation; ao preço de 60.196,21 dólares, a Jari comprou um avião usado da F.A.A. (Força Aérea Americana). A compra da aeronave – “considerada necessária ao desenvolvimento do programa florestal” - foi aprovada por

unanimidade.

Também por unanimidade, a assembleia concedeu plenos poderes à diretoria para a locação de imóveis para os escritórios da sede, em Belém; elevar os níveis salariais dos empregados; fazer “doações, despesas com publicidade e contribuições financeiras consideradas pela diretoria de interesse da Sociedade”. Uma das mais importantes decisões aprovadas naquela assembleia foi a permissão para que empresas de mineração pesquisassem em áreas da Jari; tratava-se da prospecção de caulim, mineral usado no branqueamento da celulose.

Haveria de ser fato corriqueiro registrado na ata, a contratação de um assistente executivo da Presidência da Jari se o nomeado não se chamasse Heitor Aquino Ferreira, “cujos serviços (juntamente com os de Maria Beichelberger, contratada como assistente executiva da Diretoria) já vinham demonstrando, pelos positivos resultados administrativos obtidos, o acerto dessas nomeações”. Aquino era conhecido entre poucos militares do núcleo da ditadura, como “Capitão Ferreira”. Havia servido ao Exército e chegou a ser assistente do general Golbery do Couto e Silva (outro personagem histórico do regime militar) no Serviço Nacional de Informações (SNI); personagem da conspiração que derrubou o Presidente João Goulart, foi assistente do presidente da Petrobrás, Ernesto Geisel, e com ele continuou, como secretário particular, quando o general foi presidente da República. Depois da jornada na Jari, Aquino retornou ao Planalto, quando Geisel assumiu; continuou com João Figueiredo, mas depois de conflitos com o general Leitão de Abreu, e cair em desgraça com o próprio Golbery, Aquino foi demitido.

Antes da longa história de poder e intrigas palacianas, o personagem da ata da Jari, residido em Belém, atuou na Amazônia, em um dos projetos que não tinha só a simpatia dos militares, mas a forte influência e os bons serviços de homens do SNI.

Nélio Palheta - Jornalista

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



Agenda Cultural

Programme-se!



CINEMA

Mamma Roma

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

22/01 (sexta) - 18h



CINEMA

Belém de ontem e hoje

Local: Cine Estação das Docas

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Entrada franca

24/01 (domingo) - 10h: Um Dia Qualquer



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioe.pa.gov.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR**:

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.